

A Espionagem no Brasil ao longo da Batalha do Atlântico

André Luís Woloszyn¹

RESUMO: Este artigo aborda a influência da Alemanha nazista no Brasil na década de 30 culminando com uma rede de espionagem protagonizada pela Abwehr e seus colaboradores autóctones se estendendo ao longo da Batalha do Atlântico. Relaciona como a espionagem combinada com ações de desinformação contribuíram para o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha e posteriormente na declaração do estado de beligerância. Excursiona pelos principais agentes de espionagem no Brasil e suas atividades e analisa os impactos desta atividade para as decisões governamentais do governo Vargas e suas implicações na guerra antissubmarino, travada ao longo do litoral brasileiro. Finaliza concluindo que a inexistência de um serviço central de informações militar e a falta de uma cultura de proteção de assuntos sensíveis poderia ter minimizado tais atividades.

Palavras-Chave: Espionagem; Nazismo; Brasil; Impactos; Batalha do Atlântico; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: This article addresses the influence of Nazi Germany in Brazil in the 1930, culminating in an espionage network led by the Abwehr and its indigenous collaborators extending throughout the Battle of the Atlantic. It lists how espionage combined with disinformation actions contributed to the breaking of diplomatic relations with Germany and subsequently to the declaration of a state of belligerence. It explores the main espionage agents in Brazil and their activities and analyzes the impacts of this activity on the government decisions of the Vargas government and its implications for the anti-submarine war waged along the Brazilian coast. It concludes by concluding that the lack of a central military information service and the lack of a culture of protecting sensitive subjects could have minimized such activities.

Keywords: Espionage; Nazism; Brazil; Impacts; Battle of the Atlantic; Second World War

¹ Analista de Assuntos Estratégicos, Mestre em Direito, foi analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), diplomado em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra e em Segurança Digital pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB).

INTRODUÇÃO

As operações da espionagem alemã no Brasil foram efetivamente intensificadas entre 1938 a 1942, embora ao longo da década de 30, muitas avaliações acerca da economia, comércio e da política além de cópia de documentos sigilosos eram enviadas a Berlim pela direção do Partido Nacional Socialista, ou Partido Nazista a época, uma instituição legalizada no país.

A partir de 1941, com a guerra se acentuando na Europa e a entrada dos EUA no conflito, o FBI e a inteligência naval britânica, entraram no jogo, com campanhas de desinformação direcionadas ao Presidente Getúlio Vargas, na tentativa de romper a neutralidade brasileira com os países do Eixo, acelerando a declaração de beligerância e passando assim, ao guarda-chuva dos aliados.

Um dos resultados destas ações para os alemães foi à convicção de que o Brasil passaria a apoiar os aliados um ano antes da assinatura do tratado de Cooperação Mútua Brasil-Estados Unidos que resultou na construção da base aeronaval norte-americana Parnamirim, em Natal, na Região Nordeste e o episódio do torpedeamento de cinco unidades navais mercantes em águas territoriais do país, causando elevado número de mortes tanto de civis como de militares do exército brasileiro.

Com relação a espionagem norte-americana conjunta com os britânicos, uma quantidade expressiva de documentos sigilosos vazados para a inteligência naval dos EUA e para o FBI, relativos ao ano de 1941, chegaram ao conhecimento do Departamento de Guerra em Washington, como demonstram as pesquisas realizadas pelo historiador militar, Giovani Latfalla, na base de dados do NARA. (LATFALLA, 2019, p.94-95-96)

Este fato denota que tais atividades obtiveram o resultado desejado além da grande pressão política por meios diplomáticos, guerra psicológica e desinformação. Embora o ambiente de guerra revelasse a necessidade de um serviço central de inteligência militar brasileiro, o presidente Vargas deixou claro, durante convocação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em janeiro de 1942, para discutir a questão do envolvimento do Brasil na guerra, que não desejava um serviço de informações militar afirmando, em contrariedade com o Ministro da Guerra, que “o governo não tem que depender das forças armadas da república para controlar as atividades subversivas, incluindo até mesmo qualquer tentativa de levante local por simpatizantes alemães ou italianos” (LOCHERY, 2015, p.140).

Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, pretende levar ao leitor alguns pontos desta fase histórica e os impactos das ações de espionagem alemã e norte-americana para o Brasil e no esforço de guerra durante a Batalha do Atlântico, travada em parte, no litoral brasileiro.

A INFLUÊNCIA NAZISTA NO BRASIL (1937-1942)

A Batalha do Atlântico, na costa brasileira, do Amapá ao Rio Grande do Sul não foi apenas uma guerra marítima de grandes proporções, mas simultaneamente uma guerra da informação e da espionagem. Antes da declaração de beligerância do Brasil contra os países do eixo, Alemanha e Itália, ocorrida em 21 de agosto de 1942, após os episódios de afundamento de cinco navios mercantes

brasileiros, perpetuado pelo submarino alemão U-507, em 15 de agosto de 1942, no litoral da Região Nordeste, uma ampla rede de espionagem da Abwehr², o serviço de informações e contraespionagens militares da Alemanha nazista, operava no país, desde 1937.

É preciso lembrar, que ao longo da década de 30, a Alemanha era a segunda maior parceira comercial do Brasil com a importação de matérias-primas como café e algodão, enquanto importávamos armamentos para as Forças Armadas, mantendo um amplo intercâmbio técnico-cultural face a grande colônia de imigrantes alemães, notadamente, na Região Sul do Brasil. No ano de 1936, por exemplo, havia um acordo de cooperação secreto entre os governos do Brasil e da Alemanha no combate ao comunismo internacional envolvendo a polícia brasileira e a Gestapo. Este acordo possibilitou, inclusive, que integrantes do DOPS fossem a Berlim estudar os métodos da contraespionagem e ações de anticomunismo (COSTA, 2004, p.150)

Ademais, o Partido Nacional Socialista ou Partido Nazista e a Juventude Hitlerista funcionaram no país de 1924 a 1937, legalizado desde 1928, entrando para a clandestinidade a partir de 1937, ano que seria oficialmente extinto no Brasil junto com o Partido Comunista, por decisão de Getúlio Vargas, quando da instalação do Estado Novo, em novembro do mesmo ano, dissolvendo qualquer espécie de agremiação política em território nacional.³



Reunião do Partido Nazista Brasileiro no Paraná em 1938 - Fonte: DOPS/Arquivo Público do Paraná

Reuniões desta natureza com seus integrantes uniformizados eram constantes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul até o Partido entrar na ilegalidade em 1937. (observa-se a data da reunião na foto, quando na clandestinidade).

Foi considerado o maior grupo partidário estruturado fora do território alemão, dentre 83 países, com cerca de 2.900 membros, possuindo uma sede centralizada em São Paulo além de escritórios regionais e municipais em diversas capitais.

² A Abwehr ou defesa no idioma alemão, foi o mais importante órgão de informações e contraespionagens das forças armadas, criado no ano de 1920, quando do término da Grande Guerra, fruto das deficiências encontradas na busca, coleta e análise de informações neste conflito. Durante a 2ª Guerra Mundial, esteve sob a chefia do Almirante Wilhelm Canaris. Foi dissolvida em 1944, por ordem direta de Adolf Hitler, baseado no pressuposto de que o órgão havia sido infiltrado por agentes estrangeiros e alemães antinazistas. Canaris foi destituído, preso e executado por ter tomado parte da Operação Valquíria, um complô para matar Hitler, junto com outros oficiais de alta patente.

³ BRASIL. Decreto-lei no 37, de 02 de dezembro de 1937. Dispõe sobre partidos políticos.

Em 1939, seis dias após a invasão do Exército Alemão a Polônia, em 01 de setembro, uma representação da Kriegsmarine, desfilou, como convidada oficial, pela Av. Rio Branco, na então capital federal, por ocasião das comemorações do Dia da Independência e em 1942, uma delegação de duas mil pessoas do extinto Partido Nazista, desfilaram em Florianópolis sem qualquer intervenção.

Todavia, registros apontam que permaneceu em atividade até 1942, sem nenhuma repressão estatal, até a declaração do estado de beligerância contra Alemanha e Itália momento em que optaram por reuniões clandestinas que eram monitoradas secretamente pelo DOPS.

Em mais de uma década de atuação, dedicou-se a propaganda e desinformação da opinião pública brasileira por meio de 15 emissoras de rádio legalizadas e espalhadas por todo o país, distribuição de panfletos de propaganda acerca dos avanços do governo nazista e de como Adolf Hitler estava transformando a Alemanha, oportunizando desenvolvimento e progresso para o povo alemão. Outra influência recaiu em matérias no jornal *Deutscher Morgen*, de circulação nacional, título traduzido para o português como *Aurora Alemã* que forneciam farto material informativo provindos de Berlim para a imprensa brasileira, destinados a publicação.

Neste mister, vale destacar que a desinformação era patente, especialmente devido ao baixo grau de instrução da população brasileira, em geral, e pelo fato de que muito poucos possuíam acesso ao rádio e aos jornais, os únicos meios de comunicação de massa existentes na época. As notícias da Europa demoravam a chegar ao domínio público e, anteriormente a declaração de beligerância, despertavam pouco interesse.

Diante disso, a influência alemã na sociedade e no governo brasileiro não pode ser relativizada o que sugere que informações e dados sigilosos fluíam com certa naturalidade de colaboradores simpatizantes e para os agentes de espionagem.

Em uma análise mais apurada, estes episódios não trazem surpresa. No próprio governo de Getúlio Vargas, havia significativo número de funcionários públicos de origem germânica. Alguns destes, com inclinações pró-Eixo, desempenhando funções no alto escalão governamental como o Chefe de Polícia de Vargas, Filinto Muller, que mantinha constantes contatos informais com o embaixador e o adido militar alemão no Rio de Janeiro, desde 1936, discutindo acerca das atividades norte-americanas no Brasil e as divergências entre o Rio de Janeiro e Washington (COSTA, 2004, p. 151).

Esta condição especial facilitava sobremaneira o acesso a informações sensíveis por pessoal não credenciado, em especial, agentes de espionagem estrangeiros, não apenas da *Abwehr*, mas também dos países aliados, em especial, dos EUA, por meio do FBI e, a partir de 1941, também pela inteligência naval daquele país.

Indo além, é atribuído a parcela destes funcionários, a criação de inúmeros obstáculos que levaram Vargas a indecisão inicial em declarar guerra contra os países do eixo, mesmo após diversos ataques de submarinos às unidades navais mercantes brasileiras.

Nesta linha, o magistério de Costa assevera que o General Góes Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, reconhecia, desde o ano de 1939, que “o Brasil não podia simplesmente continuar sabendo que agentes estrangeiros agiam dentro do país sem poder medir os efeitos perniciosos de sua

espionagem, ainda que as informações remetidas se destinassem unicamente a fins especulativos de caráter econômico e militar” (COSTA, 2004, p.149)

Em 07 de junho de 1941, a desconfiança norte-americana iniciada com o teor do discurso do Presidente Vargas a bordo do Minas Gerais em 1938 se intensificou quando a inteligência naval britânica revelou que o navio mercante brasileiro Babitonga, abasteceu com 850 toneladas de óleo combustível excedente, destinada, segundo o que foi apurado preliminarmente, ao abastecimento de submarinos alemães (U-boats) no Atlântico Sul. O navio foi afundado em águas brasileiras sob o nome de Japara, com bandeira holandesa e o caso se manteve em segredo de Estado. No decorrer do inquérito, veio à tona que a ordem de abastecimento havia partido do Palácio Presidencial de Vargas. (CAMPELL,1992, p.40).

ESPIONAGEM: UMA FRENTE DE COMBATE SILENCIOSA

As redes da espionagem nazista no Brasil eram fundamentalmente (HUMINT), ou o que se conhece por inteligência humana, formadas, em grande medida, por alemães residentes, funcionários de empresas alemãs a serviço no país, imigrantes alemães e brasileiros de origem germânica, membros das comunidades alemãs espalhadas por diversos estados.

Eram coordenadas pelas missões diplomáticas, em especial, por agentes que trabalhavam nas representações comerciais dos consulados, protegidos pela imunidade diplomática. Estes utilizavam mensagens em código (SIGMINT) para se comunicarem com Berlim, em avançados aparelhos radiotransmissores ainda desconhecidos no Brasil.

Em sentido oposto, a participação de integrantes da comunidade italiana e japonesa em ações de espionagem mostrou-se irrelevante e nada foi comprovado a este respeito além da simpatia pelos respectivos regimes.

Registros apontam também para o recrutamento de uma legião de colaboradores autóctones, brasileiros comuns, com ênfase naquelas pessoas que trabalhavam nos portos, bares e tavernas onde, tradicionalmente, a informação circulava com naturalidade.

A necessidade de coleta de informações no Brasil tornou-se vital por diversos fatores. Embora o Brasil insistisse em seu discurso de permanecer neutro na guerra, estava sendo pressionado politicamente pelos EUA, e neste sentido, era importante conhecer o grau de comprometimento brasileiro com os norte-americanos e até que ponto sua influência seria decisória. Informações obtidas por estas redes, no período de 1941 até agosto de 1942, davam conta da intensa movimentação de aeronaves e navios de guerra norte-americanos nos portos de Natal e Recife, além da presença de efetivos do US. Navy, movimentos de navios mercantes britânicos em busca de suprimentos e tropas do Exército brasileiro, grande quantidade de equipamentos bélicos e a existência de obras de porte para a ampliação da infraestrutura destes locais, notadamente, pistas de pouso e a ampliação dos atracadouros. Uma movimentação desta amplitude, em uma zona estratégica como a do Atlântico Sul, dificilmente não atrairia a atenção da espionagem.

A conjuntura sugere que os alemães estavam cientes, em fevereiro de 1942, da instalação de canhões antiaéreos 88 mm norte-americanos em Natal e da presença constante de Bombardeiros B-17 e B-24 na mesma região, cujo destino final era o continente africano. Em Recife, por exemplo, se o Brasil era um país neutro, conforme afirmava o governo Vargas, como explicar a presença dos cruzadores Memphis, Cincinnati e dos destróieres Davis e Warrington, integrantes da Task Force 3, da Marinha dos EUA, em julho de 1941? (HILTON, 1977, p.39-40)

Sendo assim, se tornou evidente que o Brasil havia antecipadamente escolhido alinhar-se aos EUA. O rompimento com os países do eixo, Alemanha e Itália, em 28 de janeiro de 1942, a assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, firmado em 23 de maio de 1942, que previa o reaparelhamento das forças armadas brasileiras e finalmente a declaração de beligerância, ocorrida em 21 de agosto de 1942 não foi uma surpresa para os alemães. A propaganda e os discursos de neutralidade já não tinham significado além de retórica.

Provavelmente, esta condição de aliado, levantada pelos agentes de espionagem da Abwehr, antes mesmo da declaração de beligerância, possa ter acarretado no torpedeamento de navios mercantes brasileiros navegando em águas norte-americanas e nas costas brasileiras, impedindo que suas cargas apoiassem os esforços de guerra dos aliados na Europa e África.

Outro fato correlato partiu do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha em não ter comunicado ao Brasil, a exemplo do que fez com a Argentina e Chile, informações acerca das marcas e sinalizações de neutralidade necessárias a identificação de navios mercantes, evitando assim, serem confundidos com navios aliados e atacados pelos U-boats. (PEREIRA, 2015, p.206)

Um ponto de interseção neste contexto era que ambos, Alemanha e EUA, temiam que o Brasil cedesse parte de seu território para a instalação de bases militares das forças Armadas Alemãs ou dos EUA, o que acarretaria vantagens para os alemães e desvantagens aos norte-americanos na guerra antissubmarino. (CAMPBELL, 1992, p.41).

Para os EUA, caso não ocorresse esta cedência, resultaria em séria ameaça para seu controle sobre o Canal do Panamá e em toda a zona do Caribe além do fato de que o apoio do Brasil, como o maior país da América Latina, se revestia de grande simbolismo, uma demonstração inequívoca do protagonismo político dos norte-americanos no continente.

Ademais, documentos pessoais do Presidente Getúlio Vargas nos sugere ainda que em relação a estas concessões, embora os tratados assinados de Cooperação Mútua, o mandatário percebia como uma imposição norte-americana e caso não cedesse, provavelmente haveria algum tipo de retaliação, incluindo a possibilidade de uma invasão de tropas norte-americanas, planejada por Washington com o codinome Operação Pote de Ouro.

Este ambiente de tensões é descrito por Campos da seguinte forma:

O pânico que esta possibilidade causou entre os militares norte-americanos pode ser avaliado pelos diversos planos preventivos elaborados pelo exército daquele país; o mais mirabolante deles, previa a ocupação do Nordeste brasileiro, com ou sem o consentimento de Vargas, por uma força de cem mil homens. Depois de muita pressão

norte-americana, resistência das forças armadas brasileiras e longa negociação, o governo Vargas autorizou a instalação das bases militares, construídas no Amapá, em Belém, em São Luís, em Fortaleza, em Natal, no Recife e em Salvador. (CAMPOS, 1999, p.5)

Anterior a esta condição, no ano de 1940, o serviço secreto britânico produziu um informe para Washington relatando que cerca de seis mil nazistas estavam se dirigindo ao Brasil a bordo de navios mercantes, com o objetivo de juntarem-se a comunidade germânica local num golpe contra o Governo de Getúlio Vargas, questão que nunca foi comprovada, “somadas a outras ações de desinformação como a da Carta Forjada⁴, em outubro de 1941” (Coletânea L, 1977, p. 36-41).

Diante destas pressões, o governo brasileiro cedeu as pretensões dos EUA procurando obter vantagens de alguma forma neste acordo. Em consequência, a principal missão da espionagem alemã no Brasil era voltada a obtenção de informações da inteligência naval como o tráfego marítimo, a movimentação de navios da frota brasileira e norte-americana, suas aeronaves e a segurança dos comboios.

Detalhadamente, a coleta de informações era direcionada a dados acerca do número de embarcações atracadas nos portos, a nacionalidade, tipo de navio e carga, destino e rota a ser seguida além do armamento e tipos de navios que compunham a segurança dos comboios. Outros pontos de interesse recaiam sobre o efetivo do Exército, tipo e qualidade dos armamentos que protegiam praias e portos. De posse de tais informações, poderiam melhor posicionar os submarinos do eixo em águas do Atlântico Sul além de determinar o grau de segurança destes locais em caso de uma futura, mas pouco provável, invasão terrestre.

Como assevera Sander, a extensa rede de espionagem alemã montada no Brasil facilitava o trabalho dos comandantes de submarinos alertando acerca da movimentação de navios no Atlântico. Os italianos, por seu turno, orientavam os pilotos de aviões comerciais pertencentes a empresas aéreas italianas como a Linee Aeree Transcontinentali Italiane (LATI) a informar os submarinos de ambos os países quando observavam navios mercantes com rota sobre o Atlântico. (SANDER, 2007, p. 91)

Com efeito, entre 1941 e 1943, era voz corrente que súditos do eixo, residentes no Brasil, auxiliavam os submarinos alemães e italianos, avisando-os da partida e do destino dos navios, com informes relativos à qualidade e quantidade das cargas, dados transmitidos por mensagens codificadas a sede da Abwehr, em Berlim.

De todo modo, o resultado da atividade da espionagem nazista resultou em sérias implicações tanto para o governo Vargas como para os EUA uma vez que desencadeou uma cadeia de eventos correlatos. Do afundamento de unidades navais da Marinha Mercante brasileira pelas alcateias de U-boats, em conjunto com um submarino da Marinha italiana, o reaparelhamento das forças armadas brasileiras à criação e trajetória da Força Expedicionária Brasileira (FEB), culminado com seu envio para o teatro de operações da Itália, em 1944.

⁴ Tratava-se de uma correspondência falsificada atribuída ao General italiano, Aureliano Lotta, Presidente da Empresa Linee Aeree Transcontinentali Italiane (LATI) ao seu representante no Brasil, Vincenzo Coppola, referindo-se ao presidente e ao povo brasileiro de maneira pejorativa. Foi elaborada pela Coordenação de Segurança Britânica (BSC) sob a direção do canadense William Stephenson, em conjunto com o FBI que assumiu a coautoria, anos após o término da guerra.

O AFUNDAMENTO DE NAVIOS MERCANTES BRASILEIROS

Os ataques da força de submarinos de Dönitz a navios mercantes brasileiros teve início em 1942, antes mesmo da adoção do sistema de comboios, para proteção das embarcações e quando o Brasil ainda se declarava neutro no conflito, embora um cardápio de informações que contradiziam este status.

O primeiro ataque dos nazistas não partiu da Kriegsmarine, mas da Luftwaffe, em 22 de março de 1941, tendo como alvo o navio mercante Taubaté, quando navegava pelo mediterrâneo na rota de Chipre a Alexandria, no Egito. Resultou na primeira vítima fatal brasileira da guerra, José Francisco Fraga, um dos tripulantes, atingido por uma rajada de metralhadora da aeronave além de outros 13 feridos.

O primeiro navio a ser afundado por submarinos foi o navio mercante Cabedelo, que partiu do porto da Filadélfia, nos EUA, com um carregamento de carvão e desapareceu no mar com uma tripulação de 54 homens. O segundo a ser atacado foi o navio mercante Pelotaslóide, afundado por um torpedo do U-590 em janeiro de 1942, quando transportava uma carga secreta de material bélico, armas e munições, para o Exército brasileiro, resultando em cinco tripulantes mortos, ação facilitada por informações privilegiadas acerca da carga e da rota.

Campbell narra que as condições de navegação mercante após a declaração de beligerância eram as mais difíceis. Além de cartas náuticas inexatas com vários baixios não assinalados ou assinalados incorretamente, o balizamento, boias e faróis eram apagados e os boletins meteorológicos deixaram de ser transmitidos por segurança das comunicações. As estações de rádio nas embarcações apenas podiam transmitir SOS quando atacadas, do contrário, o silêncio era a regra. (CAMPBELL, 1992, p.50)

Neste contexto, acidentes eram frequentes e seis navios mercantes desorientados afundaram por colisão enquanto um por bater em uma pedra não apontada na carta náutica, em parte, pela necessidade de manter os faróis apagados enquanto navegavam, uma tática para dificultar sua localização

Nenhuma unidade da marinha mercante era dotada de radar, os coletes salva-vidas eram de cortiça, contrariamente aos coletes norte-americanos de plástico e mais leves. As baleeiras eram velhas e extremamente pesadas sendo necessária toda a guarnição do convés para retirá-las do convés. As horas mais críticas eram a do crepúsculo e do alvorecer, momento em que os submarinos podiam vislumbrar a silhueta dos navios. Os periscópios dos submarinos eram praticamente invisíveis aos olhos dos observadores dos navios. (CAMPBELL, 1992, p.56)

Diante deste quadro, de fevereiro a abril de 1942, o U-423 torpedeou os navios Buarque e Olinda, seguindo-se o Arabutã (U-155), Cairu (U-94), Gonçalves Dias (U-502), Alegrete (U-156), Pedrinhas (U-203), Tamandaré e Barbacena (U-66), Piave (U-155) e Comandante Lira pelo submarino italiano Barbarino). Este último navio, salvo pelo rebocador Heitor Perdigão, por encontrar-se navegando próximo ao litoral, ação que gerou fortes protestos do governo brasileiro. (BENTO, 1995)

Em 15 de agosto de 1942, ocorreria os afundamentos mais impactantes. O U-507, comandado pelo capitão Harro Schacht, afundaria outras cinco unidades navais mercantes, em apenas três dias, no litoral dos estados de Sergipe e da Bahia, fato que alguns historiadores classificam como a “Pearl

Harbor brasileira” e que Monteiro, em sua obra U-507 classifica como o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial. (MONTEIRO, 2012)

Esta ação, violou flagrantemente a soberania marítima do país uma vez que todas estas embarcações navegavam em mar territorial brasileiro. Neste ataque, que provocou o maior número de perdas humanas da Batalha do Atlântico para o Brasil, foram afundados por torpedos os navios Baependi, que transportava integrantes de uma unidade do Exército, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Araras, resultando na morte de 652 pessoas, entre tripulantes e passageiros, motivando como vimos anteriormente, a declaração de beligerância.

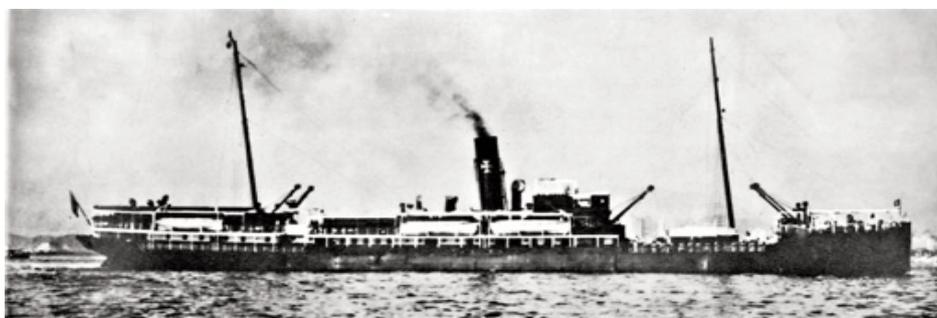
Segundo Bento, a perda total de vidas, resultante dos ataques de submarinos do eixo suplantaram as mortes da FEB em combate. Além dos 458 integrantes da Marinha de Guerra, soma-se 470 tripulantes e 502 passageiros dos 35 navios mercantes, resultando em 1.430 mortos. (BENTO, 1995).



Navio Baependi – 274 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.11)



Navio Arará – 19 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.14)



Navio Itagiba - 40 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.13)



Navio Aníbal Benévolo- 147 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.12)



Navio Araraquara- 136 mortos. **Fonte:** (AGRESSÃO, 1943, p.12)

Pereira argumenta que na época dos afundamentos, o governo brasileiro omitiu para a imprensa e para o público, minimizando o número de vítimas, em especial, a dos militares integrantes do Exército, pertencentes ao 7º Grupo de Artilharia de Dorso, que se encontravam distribuídos a bordo dos navios Baependi e Itagiba.

O autor assevera que “no fundo do mar, com o navio, estava metade do efetivo do 7º Grupo de Artilharia de Dorso, incluindo seu comandante, o Estado-Maior e as peças de artilharia da unidade”. A outra metade, ainda segundo o autor, teve destino semelhante a bordo do Itagiba, episódio que aniquilou completamente aquela unidade. (PEREIRA, 2015, p.220).

A imprensa da época divulgou que a bordo dos navios Baependi e Itagiba, além dos passageiros civis, se encontrava embarcada uma unidade de Artilharia do Exército brasileiro, composta por 247 militares sem maiores detalhes. O que não foi revelado é que destes, apenas 11 se salvaram no Baependi e 81 no Itagiba. Os demais 155 militares, 65% daquela unidade militar foram considerados desaparecidos pelas autoridades. (AGRESSÃO, 1943, p.73-74-75).

Neste ataque, em especial, não apenas a Marinha de Guerra sentiu-se ultrajada, mas também o Exército brasileiro como um todo, vítima da ação dos submarinos nazistas por meio da coleta de informações da espionagem. Em resposta a estas agressões e face a indecisão do governo de Getúlio Vargas, romperam em todo o país grandes manifestações populares com atos de violência e vandalismo, exigindo uma declaração de estado de beligerância imediata contra a Alemanha e Itália.

Destaca-se que tais embarcações foram surpreendidas, atacadas a noite e em inteira escuridão (AGRESSÃO, 1943, p.18). Pela posição de neutralidade do Brasil, acreditavam os comandantes que havia uma certa garantia de segurança na navegação em águas territoriais brasileiras. Outro fator que

contribuiu para o elevado número de vítimas foi a falta de treinamento das tripulações em ações que demandavam salvamento de emergência e equipamentos adequados.

Os depoimentos que apontam para a existência de informações privilegiadas acerca da partida de tais navios repousam no fato de que, conforme já mencionamos, os primeiros navios atacados, zarparam no dia 15 de agosto de 1942, com diferença de poucas horas, na seguinte ordem: Baependi, às 07:00 horas, Araraquara às 11:00 horas, Aníbal Benévolo, às 12:00 horas e o Itagiba, que partira nesta mesma data do porto de Vitória e encontrou-se com o Arará no percurso, ambos postos a pique.

No dia 17, o Arará foi torpedeado quando rumava ao porto de Santos. Segundo estes, o intervalo de tempo poderia apontar que o submarino atacante afundou o primeiro e esperou os demais com certeza de que viriam. (AGRESSÃO, 1943, p.18).

A declaração do Comandante do navio mercante Aníbal Benévolo, Capitão Henrique Mascarenhas da Silveira, um dos cinco navios torpedeados pelo U-507 em 15 de agosto de 1942 é enfática ao afirmar que “seria necessária a mais ingênua boa vontade e, mesmo, parcialidade, para em tal acordo de coincidências, negligenciar a suposição de que movimentos combinados do agressor com informes em terra, favoreceram seus intuitos. (AGRESSÃO, 1943, p.18).

Podemos inferir ainda, com base na visão de Pereira, que tais ataques possam ter sido uma punição ao Brasil pelo alinhamento secreto com os EUA e ao mesmo tempo um alerta de intimidação para os demais países do sul do continente, caso adotassem o mesmo comportamento. (PEREIRA, 2015, p.115)

Todavia, a ingenuidade, resultado da inexperiência, facilitaram o acesso a informações sensíveis por uma fonte aberta, manifestada na leitura diária dos jornais. Em 1942, ano do maior número de afundamentos de navios mercantes brasileiros, era comum que jornais locais publicassem como notícia a movimentação de navios e comboios nos portos contendo dados como chegada, saída e destino enquanto davam destaque, nas colunas sociais, para jantares com a presença de comandantes e oficiais destas embarcações na cidade.

A este respeito, Gama assevera que “ainda que os navios não fossem mencionados, era muito fácil saber onde eles serviam e se seus comandantes e oficiais podiam estar presentes num jantar, era evidente que seus navios estivessem no porto”. (GAMA, 1982, p.93)

Esta publicidade, aparentemente sem maiores consequências, no intuito de informar a população, foi censurada com maior rigor apenas em meados de 1943 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Todavia, é alta a probabilidade de que este tipo de divulgação também tenha contribuído para os ataques de submarinos do eixo a unidades mercantes brasileiras, aguardadas quando partiam dos portos ou quando navegavam pelo litoral brasileiro.

OS ESPIÕES ALEMÃES E BRASILEIROS RECRUTADOS PELA ABWEHR

A rede de espionagem alemã, norte-americana e britânica era ampla, com recrutamentos de colaboradores simpatizantes e agentes de campo desde 1935. Neste período, enquanto os alemães atuavam contra a expansão do comunismo em conjunto com forças policiais brasileiras, os alvos dos

norte-americanos e britânicos recaíam no acompanhamento da política de Getúlio Vargas e a situação comercial do Brasil com a Alemanha.

Um dos agentes duplos britânicos do MI-6, Johnny de Graaf, que também havia trabalhado para os soviéticos no Brasil entre 1934 e 1935 quando da Intentona Comunista, na fabricação de bombas e ações de sabotagem, retornaria ao Brasil em 1938 com a missão de chefiar uma rede de espionagem no litoral brasileiro. Um de seus feitos mais importantes foi a detecção, em Santos, por meio de análise de rádio, da localização do cruzador alemão Graaf Spee, que se encontrava ancorado no litoral do estado da Paraíba alguns dias antes da invasão da Polônia, em 1939, e que partiria para navegar em águas do Atlântico Sul, afundando o navio mercante britânico Clement. (JONNY E FILINTO, 2012)

O primeiro ataque da Marinha alemã na Batalha do Atlântico partiu do cruzador ao afundar o navio mercante inglês Clements, na costa do estado de Alagoas. A informação transmitida ao almirantado britânico acarretou numa interceptação e ataque ao cruzador, por três navios de guerra ingleses no que ficou conhecida como a Batalha do Rio da Prata, tendo sido afundado posteriormente por sua tripulação no porto de Montevideo, em dezembro de 1939.

De 1940 a 1942, um agente até hoje desconhecido fotografava documentos do Itamaraty enviados a embaixada do Brasil, em Berlim e os entregava ao Sicherheitsdienst (SD). Segundo Hilton, esta correspondência incluía mensagens de outras representações diplomáticas na Europa ocupada e que eram transmitidas à Berlim. (STANLEY, 1983, p.39)

Neste sentido, se levarmos em consideração a comunicação entre o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha e o embaixador Freitas Valle acerca de preparativos para rompimento com a Alemanha e Itália, é alta a probabilidade de que os alemães já conhecessem com antecedência a tendência da declaração de beligerância brasileira somada a espionagem da movimentação norte-americana para a construção e instalação de bases aeronavais na região Nordeste.

Da mesma forma, resta comprovado que informações de alta relevância, foram fornecidas por uma rede chefiada pelo engenheiro da Siemens, Albert Gustav Engels, codinome Alfredo, residente no Brasil desde 1923 juntamente com Herbert Von Heyer, codinome Humberto, nascido em Santos, filho de pai alemão. Humberto havia retornado em companhia da família para a Alemanha e, em 1923, como sargento veterano da Primeira Guerra Mundial, voltou ao Brasil trabalhando na empresa de navegação Theodor Wille & Cia.

Engels foi considerado pelas autoridades brasileiras como um dos mais importantes agentes da espionagem alemã no Brasil durante a 2ª Guerra Mundial. É atribuído a ele a montagem e coordenação da maior e mais bem organizada rede em território brasileiro, estendendo-se para países da América Latina, em especial, Argentina, Uruguai e Chile, financiada exclusivamente pela Abwehr. Como alto executivo, ocupou diversos cargos de direção em empresas brasileiras e alemãs com sucursal no Brasil como a Siemens, sendo posteriormente, Diretor-geral da Companhia Sul-americana de Eletricidade, sucursal da empresa alemã Allgemeine-Elektrizitäts Gesellschaft (AEG).

Por força do cargo, possuía inúmeros contatos com empresas marítimas brasileiras circulando com naturalidade entre a elite política e empresarial, circunstância que facilitava seu papel como

recrutador de informantes e na assinalação de simpatizantes do nazismo, para um possível e futuro recrutamento.

Na região Nordeste do Brasil, seu alvo principal foi o porto de Recife onde navios da Marinha de Guerra dos EUA atracavam para reabastecimento assim como Natal, por conta da base de aeronaves dos EUA e grande movimentação de tropas do Exército brasileiro.

Ao longo de três anos, a rede sob sua coordenação repassou à Abwehr, por meio de estações de rádio clandestinas, centenas de informações detalhadas acerca da política interna brasileira, incluindo estimativas e tendência do Governo de Getúlio Vargas em se aproximar dos EUA, movimentos políticos e populares pró e contra a Alemanha nazista, pontos estratégicos, geografia litorânea, condições de armamento e material bélico das Forças Armadas, movimentação dos transportes e tráfego marítimo, em especial, navios da Marinha de Guerra e unidades mercantes com destino as áreas conflagradas.



Equipamento de transmissão apreendido RJ - Fonte: Arquivo Nacional (Apelação TSN de 20.10.1942)

Vale destacar, que as empresas alemãs com filiais no Brasil e outras, nacionais, mas gerenciadas por alemães ou simpatizantes do nazismo eram utilizadas como fachada para esconder a identidade de espões alemães ou para transporte de cargas de interesse do III Reich.

Segundo a narrativa de Hilton, a química Bayer, em sua sede, no Rio de Janeiro, mantinha no depósito do sexto andar, um mimeógrafo empregado na confecção de boletins contendo notícias de guerra e vasta literatura, favoráveis a Alemanha nazista, que, sob capa científica, era espalhada por toda a América do Sul (STANLEY, 1983, p.95)

Pesquisas realizadas pelo Professor, Alexandre Fortes, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, em 1990, apontou que no mês de novembro de 1939, dois meses depois a invasão da Polônia pela Alemanha nazista, o Dops do Rio Grande do Sul descobriu que um avião da Varig (Viação Aérea Rio-grandense), a maior empresa aérea comercial brasileira, transportara peças e equipamentos para a montagem de um radiotransmissor alemão na cidade portuária de Rio Grande. Segundo o pesquisador, foi apontado no relatório confeccionado pelo Delegado Theobaldo Neumann, que o rádio se destinava a informar os corsários e submarinos alemães sobre as movimentações de embarcações inimigas na costa sul do Atlântico. (CANOFRE, 2018)

Entre os brasileiros recrutados como agentes de espionagem do serviço de informações alemão destacam-se as figuras do Capitão do Exército, Túlio do Nascimento e do engenheiro Eugênio Lacerda de Almeida.

Túlio, de codinome Garcia, repassava informações estratégicas ao embaixador alemão no Rio de Janeiro, Kurt Prüfer e ao Adido Naval, Almirante Hermann Bohny. A revelação de sua condição de agente de espionagem ocorreu quando de uma viagem técnica de estudos realizada aos EUA no intuito de conhecer a base militar de Sperry. Ao finalizar a viagem, enviou informações detalhadas da base e dos cursos que lá eram realizados a seu contato no Brasil, Albert Gustav, que retransmitiu estas informações por rádio à Berlim.

Após sua prisão e durante o julgamento, foram apuradas provas consistentes de que Túlio transmitia a Abwehr a movimentação de navios dos Estados Unidos e da Inglaterra que atracavam no porto do Rio de Janeiro, auxiliado pelo médico Oswaldo Riffel França, encarregado do contato com a célula nazista em Buenos Aires.

É atribuído a sua rede a informação de que, em março de 1942, o navio britânico Queen Mary, transportando nove mil soldados americanos, navegava ao longo da costa brasileira. Por acaso, monitores de rádio do Serviço de Inteligência de Sinais dos Estados Unidos interceptaram as mensagens e forneceram aos britânicos um alerta oportuno; caso contrário, pacotes de submarinos nazistas rondando o Atlântico Sul poderiam muito bem ter afundado o navio. (SZULC, 1981). Este episódio, caso ocorresse, seria considerado o maior ataque marítimo contra alvo militar da história da Segunda Guerra Mundial.

As investigações no decurso do processo apuraram ainda, que Túlio tinha como missão secundária, promover uma sublevação de sargentos no interior dos quartéis do Exército além do intento de sabotar, por explosão, o navio Winduck, apreendido da Alemanha em porto brasileiro e cedido pelo Brasil aos EUA, não conseguindo cumprir a missão pela delação de alguns comparsas arrependidos.

Após o julgamento, Túlio Régis do Nascimento foi condenado a 30 anos de reclusão e a perda do posto e da patente de capitão do Exército sendo libertado em 1955 por decisão do STF. Seus colaboradores, Valencio Duarte, Álvaro da Costa e Souza e Oswaldo França foram condenados à pena de 25 anos de reclusão, libertados entre 1947 e 1950. Os demais integrantes da rede não receberam sentença por falta de provas

O caso do engenheiro Eugênio Lacerda de Almeida não foi menos grave do que os demais e poderia facilmente ser considerado traição. Ao visitar o canteiro de obras da base de Parnamirim Fields e ter acesso as plantas de sua estrutura, repassou aos agentes da Abwehr os detalhes da construção que havia memorizado e posteriormente desenhando em um croqui, além de outros detalhes das obras daquela Base Naval.

Tais ações foram devidamente comprovadas ao longo de seu julgamento pela existência material do croqui e face aos depoimentos dos implicados, parcialmente publicados na imprensa nacional como podemos observar em reportagem do Diário Carioca, reproduzida abaixo:



Manchete no desenrolar do julgamento no TSN. - Fonte: Jornal Diário Carioca, edição de 16 de junho de 1942

Nas declarações de um dos presos, durante o processo no Tribunal de Segurança Nacional (TSN), este explicou as autoridades judiciárias o funcionamento do sistema de código utilizado por sua rede, denominado, Rudolf Mosse Code, da seguinte maneira:

(...) a cada dia, correspondia um grupo de cinco letras, bem como a palavras de cinco letras, que as primeiras letras indicavam, o prefixo da estação desta capital e as últimas da correspondente em Colônia, na Alemanha. Para dificultar o reconhecimento do Código aumentava-se no final das cinco cifras correspondente a uma palavra o número correspondente ao dia e mês da emissão. (TSN, Apelação, 1942, p.9)

Estima-se que as informações repassadas a Berlim pelas redes de espionagem no Brasil tenham contribuído significativamente para o afundamento de 15 dos 34 navios mercantes brasileiros e por cerca de 950 do total de 1.430 mortes decorrentes, na Marinha Mercante, entre os anos de 1941-1943, número três vezes maior do que as baixas registradas pela FEB, nos combates na Itália.

Inobstante a gravidade dos crimes, nenhum dos réus foi condenado a pena máxima. Na verdade, a maioria destes, especialmente as lideranças, cumpriram baixas sentenças, retornando posteriormente a Alemanha ou se estabelecendo definitivamente no Brasil.



Foto de agentes da espionagem nazista presos pelo DOPS e julgados pelo TSN
Fonte: Diário Carioca, 2 de março de 1943.

Esta circunstância só foi possível pela descaracterização do artigo 21, da Lei de Guerra, habilmente alegada pela defesa asseverando que todas as atividades de espionagem que constavam dos autos, foram realizadas antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com as potências do eixo, portanto, não tinham nenhuma relação com a soberania nacional.

Pelo que sabemos, havia seis células nazistas envolvidas com atividades de espionagem em território nacional entre 1940 e 1942, no auge da Batalha do Atlântico Sul, utilizando diversos canais de transmissão radiofônica com ramificações no Uruguai e na Argentina.

O primeiro espião nazista preso no Brasil pelo DOPS, em 1942, foi Otto Braun, funcionário do Banco Alemão Transatlântico e membro da direção nacional do Partido Nazista Brasileiro, confessando as autoridades brasileiras suas ações de espionagem, fraudes bancárias para remessa de dinheiro à Alemanha e o nome de seus 12 colaboradores.

Uma segunda prisão foi a de Christian Christensen cujo verdadeiro nome era Josef Starziczny, um especialista treinado. Afirmando ser um comerciante dinamarquês foi o líder de uma das células de espionagem, responsável pela montagem de uma estação de rádio clandestina no porto de Santos por meio do qual informava as autoridades alemãs a movimentação de navios na costa brasileira desde 1941.

O Brasil também abrigou prisioneiros de guerra. Segundo a pesquisa de Bento, 63 prisioneiros, 20 da Marinha de Guerra alemã e 42 da Marinha Mercante alemã, (15 oficiais e 48 suboficiais e marinheiros) tripulantes do cargueiro alemão Anneliese Essberger, um navio furador de bloqueio dissimulado como navio norueguês, afundado pela própria tripulação, em 22 de novembro de 1942, após ser descoberto, capturada pelo Cruzador Cincinatti, da Marinha norte-americana com base em Recife, permaneceram por sete meses em um campo provisório para prisioneiros de guerra, em Pouso Alegre/MG. (BENTO, 1995, p.151-152)

Por outro lado, um ponto pouco explorado pelos historiadores é o fato de que, entre 1942-1945, havia no Brasil, cerca de 12 campos de detenção provisória, o que alguns pesquisadores denominam de campos de concentração cuja finalidade era a detenção provisória de suspeitos de colaboração ou de espionagem. A maioria, eram estabelecimentos penais com uma ala especial para condenados pela prática de espionagem abrigando também cerca de 3000 suspeitos de colaboração com os países do eixo entre os integrantes das comunidades alemãs, italianas e japonesas, a exemplo dos campos de detenção à descendentes nipônicos nos EUA.

São eles: Daltro Filho, em Porto Alegre (RS), Trindade, em Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Guaratinguetá (SP), Pindamonhangaba (SP), Bauru (SP), Pirassununga (SP), Ribeirão Preto (SP), Pouso Alegre (MG), Niterói (RJ), Chã de Estêvão, em Araçoiaba (PE) e Tomé-Açu (PA).

Todavia, não está descartada a hipóteses de que outros centros tenham sido utilizados para a mesma destinação, como hospitais psiquiátricos desativados. Os suspeitos de colaboração e simpatizantes foram liberados após o término da guerra, mas pouco se sabe acerca do período em que estiveram detidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a presente pesquisa fica claro que as ações da espionagem nazista no Brasil acarretaram graves impactos nas decisões políticas e na guerra, em especial, na morte de tripulantes e militares dos navios torpedeados na costa brasileira.

Embora existam teses que defendam que grande parte das fontes de informação do serviço de espionagem nazista no Brasil era composta por amadores, o que é uma realidade e se aplica, notadamente, aos colaboradores eventuais, a outra parcela, era formada por profissionais treinados em escolas de informações em Berlim, e fizeram sua parte com resultados nefastos para o Brasil, como verificamos ao longo deste artigo.

Esta conjuntura foi possível, pela inexistência de um serviço central de inteligência das Forças Armadas brasileiras de coleta e análise de informações uma vez que os existentes no Exército e na Marinha eram incipientes e não compartilhavam as informações entre agências.

Outros dois pontos que merecem destaque e que contribuíram para a dependência do país em relação a coleta e busca de dados e informações dos serviços norte-americanos foram a inexistência de pessoal especializado em comunicações e decifradores de códigos, situação alertada por Góes Monteiro ainda em 1941, somada a falta de uma cultura de proteção de assuntos sigilosos nas repartições governamentais permitindo o acesso de material a pessoal não autorizado.

Vale destacar, que somente em 1949 o Brasil teria um instrumento legal de proteção as informações com a aprovação do Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional (RSISN) só aplicado em todo o país em 1950 assim como a criação do primeiro serviço de informações estruturado, denominado Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), criado em 1946, porém, efetivamente em funcionamento somente no ano de 1958.

Nesta conjuntura é possível afirmar que a atividade de informações ou inteligência sofreu grandes resistências por parte das autoridades governamentais, embora as experiências ratificassem sua relevância ao longo da Batalha do Atlântico e com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESSÃO – **Documentário dos Fatos que levaram o Brasil à Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, janeiro de 1943.

APELAÇÃO. **Tribunal de Segurança Nacional. 20.10.1942. Arquivo Nacional**. Base de dados. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1995349&v_abas=1. Acesso em 20.08.2020.

BENTO. Cláudio Moreira. **Alemães prisioneiros de guerra no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial**. Revista A Defesa Nacional, nº 770, Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

_____. Cláudio Moreira. Artigo **A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. Informativo Guararapes (AHMTB), 1995. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/FAMM2GM.htm>. Acesso em: 17.06.2020.

BRASIL. **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Arquivos do DOPS/ 1938-1942.

- CAMPOS, André Luiz Vieira. **Combatendo nazistas e mosquitos: militares norte-americanos no Nordeste brasileiro (1941-45)**. In: Revista de História, Ciência e Saúde, vol. 5, nº 3, Rio de Janeiro, 1999.
- CAMPBELL, Herbert. **A Marinha Mercante na Segunda Guerra: Recordações de sua luta**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.
- CANOFRE, Fernanda (2018). **Na Segunda Guerra Mundial, a Varig ajudou o Partido Nazista a espionar o Brasil**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/07/na-segunda-guerra-mundial-a-varig-ajudou-o-partido-nazista-a-espionar-o-brasil>.
- COSTA, Sérgio Correa da. **Crônica de uma Guerra Secreta - Nazismo na América: A Conexão Argentina**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- COLETÂNEA L. **A Carta Forjada**. Escola Nacional de Informações, Revista Coletânea L, nº 11, Ano I, Brasília/DF, ago. 1977.
- JORNAL **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, edições de 16 de junho de 1942 e 02 de março de 1943.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. **A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda., 1982.
- _____, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Hélio Leôncio. **A Marinha na Segunda Guerra Mundial In: História Naval Brasileira**. Volume Quinto. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985.
- JONNY E FILINTO. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Publicação de 01 out. 2012. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/jonny-e-filinto>. Acesso em: 06.12.2021.
- LATFALLA, Giovanni. **Relações Militares Brasil / EUA - 1939-1943**. Rio de Janeiro, Gramma, 2019.
- LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. Tradução Lourdes Sette, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- MONTEIRO, Marcelo. **U-507 - O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Salto (SP): Schoba, 2012.
- SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler**. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.
- STANLEY, Hilton. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- SZULC, Tad. **Their Men In Brazil**. Article The New York Times Journal, July 12, 1981.
- PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2015.

